

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Correio Braziliense

[Título: A pinguela de ouro](#)..... 7

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Empresas buscam seguir no mercado de obras públicas	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Rombo na Petros custa R\$ 14 bilhões aos empregados	3
Título: Governo quer estender concessão de 615 usinas	4
Título: Risco hidrológico é problema bilionário no setor elétrico.....	6
VEÍCULO: Correio Braziliense	7
Título: A pinguela de ouro.....	7
Título: Nordeste sobrevive da força dos ventos	9

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Empresas buscam seguir no mercado de obras públicas**

Proteção contra ações de improbidade da AGU e da CGU é outro objetivo

BRASÍLIA - A negociação de um acordo de leniência é essencial para os grupos envolvidos na Operação Lava-Jato. Os conglomerados empresariais que mantinham contratos com a Petrobras tentam garantir o mercado de obras públicas. Essas empresas também pretendem assegurar que os acordos sirvam para protegê-las de ações de improbidade ajuizadas tanto pela Advocacia-Geral da União (AGU) como pelo Ministério da Transparência, antiga Controladoria-Geral da União (CGU). A leniência ainda teria poder para impedir que as empresas sejam alvo do Tribunal de Contas da União (TCU), travando eventuais ações de ressarcimento movidas pelo órgão. Por meio de nota, a Odebrecht disse que “espera que o esforço das instituições mobilizadas no combate à corrupção, com as quais mantém permanente diálogo, confirme a importância do instituto da colaboração para a transformação do país e também garanta estabilidade jurídica para o funcionamento das empresas”. Procuradas pela reportagem, AGU, CGU, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa não quiseram se manifestar sobre as negociações em andamento.

UTC FOI A PRIMEIRA

A construtora UTC foi a primeira empresa envolvida na Operação Lava-Jato a fechar acordo de leniência. O acordo foi divulgado em julho deste ano. A AGU e o Ministério da Transparência deram à empreiteira 22 anos de prazo para pagar R\$ 574 milhões como ressarcimento aos cofres públicos por fraudes praticadas em licitações da Petrobras, Eletrobrás e Valec. O acordo estabeleceu o afastamento de Ricardo Pessoa, dono da empresa, da função de direção. Os termos da leniência fechada pela construtora incluíram 29 contratos com o poder público, incluindo o assinado para a construção da usina nuclear de Angra 3, no Rio de Janeiro. Dos R\$ 574 milhões definidos no acordo, R\$ 110 milhões equivalem ao dano causado pela construtora com práticas como pagamento de propina. Outros R\$ 400 milhões se referem a 70% do lucro auferido com os contratos irregulares e o restante é decorrente da multa aplicada com base na Lei Anticorrupção. O acordo previa que a contratação da UTC pela administração federal dependeria de aval do Tribunal de Contas da União, que já havia declarado a empresa inidônea por conta de fraudes em Angra 3. A

construtora foi liberada para participar de licitações com estados e municípios. (Bela Megale)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Rombo na Petros custa R\$ 14 bilhões aos empregados

No último dia 10 de setembro, enquanto visitava a filha em Campos, no norte fluminense, o engenheiro João Luiz Hygino Brandão, 63, sofreu um AVC (acidente vascular cerebral), que atribuiu ao estresse gerado em discussões sobre os rombos no plano de previdência privada dos empregados da Petrobras. "Passei meses discutindo esse absurdo com meus colegas. Foi somatizando dentro da cabeça e acabou colaborando para o AVC. Não vou dizer que foi só isso, mas ajudou —e muito", diz ele, que trabalhou na estatal por 26 anos até se aposentar, em 2012.

Dois dias depois, a fundação Petros, que administra os fundos de pensão da Petrobras, anunciou o plano para cobrir o rombo de seu plano mais antigo, conhecido como PPSP: pelos próximos 18 anos, empregados e pensionistas contribuirão com R\$ 14 bilhões e a empresa entrará com R\$ 13,7 bilhões. Brandão é um dos 76.989 participantes que terão que ajudar. Ele diz que sua contribuição mensal subirá dos atuais R\$ 965 para cerca de R\$ 3.900, o equivalente a 34% de sua aposentadoria.

Como uma grande parcela dos afetados, culpa o uso político da Petrobras e da própria fundação. "Se fosse para cobrir rombo gerado por perdas no mercado, até entenderia. Mas por desvio de dinheiro?", questiona.

Além da aplicação em investimentos que deram prejuízo, o plano sofreu com decisões questionadas da Petrobras durante a gestão José Sergio Gabrielli, quando os sindicalistas Diego Hernandez, Wilson Santarosa e Armando Tripodi exerciam poder sobre a área de Recursos Humanos e a Petros.

Uma delas é o chamado "acordo de níveis", com o qual a empresa passou a dar promoções a empregados da ativa nos processos de acordo coletivo, com o objetivo de garantir reajustes maiores.

Os aposentados recorreram à Justiça, alegando que foram prejudicados, e receberam o mesmo direito, o que representou um custo adicional de R\$ 2,2 bilhões no pagamento das pensões.

Os empregados acusam ainda os sindicalistas de prejudicar a Petros ao aceitar, em 2008, acordo de R\$ 4,6 bilhões com a Petrobras para ressarcimento para aposentadorias de empregados admitidos antes da criação da Petros, em 1970. O perito judicial calculou a dívida em R\$ 13 bilhões.

"A gestão sindical da empresa iludiu os trabalhadores com alguns ganhos pontuais, dando reajustes acima da inflação e participações nos lucros, mas isso comprometeu a renda futura", diz o técnico de refinaria Edson Almeida, que ainda está na ativa e terá sua contribuição ampliada de R\$ 1.814,83 para R\$ 4.779,33.

"Esse processo vai gerar milhares de ações, se transformar em um imbróglio jurídico e vai acabar afundando a Petros de vez", alerta o engenheiro João Nazareth Mac-Culloch, também aposentado em 2012 pelo teto salarial da Petros e, por isso, sujeito à maior alíquota extraordinária, de 26,9%.

A Petrobras informou que abriu investigações sobre fatos relacionados e que informará os resultados às autoridades competentes. "Desde que assumiu, em setembro de 2016, a atual gestão da Petros vem trabalhando para reforçar os controles internos, aumentar a transparência e aprimorar a governança."

A fundação acrescentou que aprovou a nova política de investimentos para adequar a carteira ao perfil do plano e que, desde janeiro deste ano, os investimentos do plano PPSP acumulam alta de 9,04%, superior à meta atuarial de 6,14% para o período.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Governo quer estender concessão de 615 usinas

Medida é compensação por prejuízos acumulados em razão de subsídios dados a Belo Monte, Jirau e Santo Antônio; conta é estimada em R\$ 8,6 bi

BRASÍLIA- O governo vai editar uma Medida Provisória (MP) para estender o prazo de concessão de 615 usinas em todo o País. O objetivo é compensá-las por prejuízos acumulados em razão de subsídios concedidos às hidrelétricas de Belo Monte, no Pará, e Jirau e Santo Antônio, em Rondônia. O texto deve sair nos próximos dias. A extensão de cada contrato deve levar em conta o tamanho do rombo financeiro que foi ocasionado por vantagens concedidas exclusivamente às três usinas amazônicas nos últimos cinco anos, uma conta estimada em R\$ 8,6 bilhões pela Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel).

A origem do problema está em uma das várias benesses que foram criadas pelo governo para ter sucesso no leilão das três usinas. Essas hidrelétricas puderam vender mais energia do que produziam às custas de outras usinas. Na prática, elas tiveram a chance de antecipar receitas, vendendo megawatts em leilões de energia, quando ainda não tinham condições de entregar essa geração. No jargão do setor elétrico, tiveram direito à antecipação de garantia física. A garantia física representa o montante de eletricidade que cada usina pode negociar no mercado.

Durante a construção das usinas, as turbinas entram em operação aos poucos. Cada máquina adiciona um potencial de energia a ser vendido pelo empreendedor. Para Santo Antônio, Jirau e Belo Monte, porém, esse potencial foi elevado e acelerado artificialmente. As concessionárias responsáveis foram beneficiadas por um fluxo de caixa maior ainda no início dos projetos, período em que os investimentos são mais necessários.

O caso mais gritante é o de Belo Monte, que foi autorizada a comercializar 100% de sua garantia física quando menos da metade das turbinas da casa principal (44,4%) estava em operação, segundo estimativa da Abragel. Para Santo Antônio e Jirau, a garantia física integral foi concedida com motorização de 72,7% e 61,3%. Durante esse período, embora não tenham produzido toda a energia prometida, Santo Antônio, Jirau e Belo Monte puderam comprar energia a preço de custo e vendê-la a preços de mercado.

A operação foi possível porque todas as hidrelétricas do País integram uma espécie de clube, o chamado Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Nele, 615 usinas hidrelétricas, de pequeno a grande porte, dividem os resultados da geração de energia em todo o País. Se o conjunto gera mais do que estava planejado, o lucro é rateado entre todos os membros. Se a geração é menor do que se esperado, por restrições nos reservatórios, o prejuízo é dividido entre todos.

Historicamente, esse grupo costumava gerar excedentes de energia, dividindo o lucro entre todos os associados. Mas desde 2011, devido à seca e à necessidade de poupar água nos reservatórios, o clube é deficitário, e o prejuízo é repartido entre todas as usinas. É nessa conta que entra o subsídio da geração artificial concedida às três hidrelétricas. Coube a todos os membros garantir a entrega de uma energia que essas usinas não produziram. "Realmente, o tratamento dessa antecipação está em discussão", afirmou o presidente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Rui Altieri. "Nosso desejo e expectativa é que isso seja tratado no menor prazo possível. É o maior problema do mercado de energia elétrica hoje."

Privilégios. Esse foi apenas um dos vários privilégios concedidos a essas usinas. A própria formação dos consórcios, com a presença de subsidiárias da Eletrobrás, fundos de pensão e empreiteiras hoje denunciadas na Operação Lava Jato teve forte influência do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As usinas também contaram com financiamento barato do BNDES. Para o governo Michel Temer, é incompreensível que os agentes do setor nunca tenham criticado ou reclamado dessas benesses antes.

Ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o advogado Julião Coelho disse que todas essas medidas foram usadas para maquiar o preço da energia das usinas amazônicas, que, na realidade, nunca foi barato. "Tudo isso tem como corrigir ao eliminar os truques e aumentar a tarifa das usinas", disse.

Agora, ao resolver a questão do subsídio às usinas, o governo quer tentar resolver a questão do risco hidrológico, que é a diferença entre a energia contratada de hidrelétricas e o total entregue em períodos de escassez de chuvas, dentro da MP que vai tratar da privatização da Eletrobrás. A avaliação é que um acordo pode favorecer e proporcionar mais valor à companhia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Risco hidrológico é problema bilionário no setor elétrico

A questão do risco hidrológico ganhou dimensões bilionárias e pode travar o mercado de energia elétrica no Brasil. Esse custo não foi causado apenas pelas usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, mas também por decisões políticas do governo da ex-presidente Dilma Rousseff, que incluíram importação de energia, acionamento de termoelétricas - mais caras -, uso de energia de reserva e atraso em obras de linhas de transmissão. Para não pagar essa conta, centenas de geradores de energia conseguiram liminares na Justiça.

Uma das ações judiciais, da Abragel, entidade que representa pequenas centrais hidrelétricas, está no Supremo Tribunal Federal (STF). O governo tentou derrubá-la, na expectativa de que todas as demais liminares caíssem também, mas a investida não teve sucesso. Desde 2015, o mercado de energia elétrica é afetado por essa situação e a inadimplência acumulada deve chegar a números próximos dos R\$ 3 bilhões, de acordo com o presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Rui Altieri.

A proposta de acordo do governo federal prevê que essa conta seja paga de forma parcelada. Em troca, as usinas teriam direito à nova extensão do prazo de

concessão. Destravar o mercado é prioridade para a União, que quer estimular a entrada de agentes para vender energia elétrica. Com o mercado parado, agentes com sobras de energia não têm estímulo para vender ou deixar de consumir, pois não receberiam os pagamentos. Isso impede a entrada no sistema de usinas de biomassa, que produzem energia com bagaço de cana, e desestimula a economia voluntária de indústrias que poderiam reduzir sua produção e liquidar excedentes no mercado livre. / a.w.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Luiz Carlos Azedo

Título: A pinguela de ouro

Nas entrelinhas

É do ex-senador Marco Maciel uma das ironias mais finas do nosso folclore político recente: “O problema é que as consequências vêm depois”. É sob medida para a reforma política recém-aprovada pelo Congresso, que terá grande impacto no nosso sistema político e partidário. Por quê? Primeiro, porque cria condições muito favoráveis para que os caciques políticos e partidos enrolados na Operação Lava-Jato sobrevivam a eventual tsunami eleitoral em 2018, tamanha a “disparidade de armas” que terão a seu favor, em termos de financiamento de campanha e tempo de propaganda de tevê e rádio. Segundo, porque possibilita que esses partidos — principalmente o PMDB — canibalizem os demais, salvando os deputados eleitos das legendas barradas no baile.

O surgimento de uma alternativa renovadora dos costumes políticos e reformista da economia no centro democrático se tornou muito mais difícil, embora não seja uma engenharia impossível, à margem do atual sistema de poder. Na verdade, o aperfeiçoamento da democracia brasileira, que alguns consideram ameaçada por uma “ditadura do Judiciário” ou sob tutela militar, está sendo bloqueado, apesar do clamor por mais ética na política. No futuro, historiadores e cientistas políticos terão que explicar a submissão dos nossos reformadores progressistas à velha cultura ibérica, na qual entrincheiraram suas próprias ideias, em razão da experiência vivida de resistência pacífica à ditadura. Percebem o impacto causado pela globalização e pela revolução tecnológica, mas não conseguem traduzi-lo em novas práticas políticas.

Enquanto isso, o velho patriarcado descrito por Gilberto Freyre, em Casa grande & senzala, está vivíssimo. **O jovem ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, que nesta semana revelou o desejo de privatizar a Petrobras, por exemplo, é herdeiro direto do capitão português Valério Coelho Rodrigues,

pioneiro do sertão pernambucano que obteve uma grande fazenda da Casa da Torre por volta de 1745, na região dos atuais municípios de Afrânio, Dormentes, Petrolina, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista.

O relator da denúncia contra o presidente Michel Temer na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara é Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), deputado federal desde 1979. Descendente por parte de pai do patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, começou a carreira como oficial de gabinete no Ministério da Agricultura do governo Dutra. Passou por vários partidos (UDN, Arena, PSD, PTB) antes de se filiar ao PSDB. Na linha de frente da tropa de choque do Palácio do Planalto, mantém ainda hoje o protagonismo da mais tradicional família de políticos mineiros.

Conciliação

Se o patrimonialismo é uma das faces do nosso iberismo, a outra é a velha “política de conciliação” que uniu liberais (“luzias”) e conservadores (“saquaremas”) no Império, a partir do gabinete de Marques do Paraná (1853), o mineiro Honório Hermeto Carneiro Leão. Seu objetivo era conciliar as ações políticas dos dois partidos do Império, o Conservador e o Liberal, em torno de interesses comuns; no caso, a manutenção da escravidão, que somente foi abolida em 1888. Para o notável historiador Capistrano de Abreu, a política de conciliação era um “termo honesto e decente para qualificar a prostituição política de uma época.”

Mas essa não era a ilustre opinião de Joaquim Nabuco. Conservador e monarquista, o político e diplomata pernambucano escreveu duas obras monumentais: O abolicionismo (1883), fruto de suas pesquisas no British Museum, de Londres, cuja famosa biblioteca também era frequentada por Karl Marx (autor de O capital), e os três volumes de Um estadista no Império (1897-1899), dedicada ao seu pai, o conselheiro Nabuco de Araújo, autor de um dos mais célebres discursos da história do Senado: “A ponte de ouro”, no qual se coloca em oposição aos liberais na província de Pernambuco, mas aceita participar do gabinete de maioria liberal de Paraná por lealdade ao imperador Dom Pedro II.

Em suas memórias, o abolicionista Nabuco justifica assim seu apoio à monarquia e à “política de conciliação”: “O reformador em geral detém-se diante do obstáculo; dá longas voltas para não atropelar nenhum direito; respeita, como relíquias do passado, tudo que não é indispensável alterar; inspira-se na ideia de identidade, de permanência; tem, no fundo, a superstição chinesa — que não se deve deitar abaixo um velho edifício, porque os espíritos enterrados debaixo dele perseguirão o demolidor até a morte”.

É mais ou menos o que está acontecendo com a política brasileira, prisioneira

de suas velhas contradições, como se nosso patrimonialismo fosse realmente uma fatalidade. Na travessia de pinguela que nos levará às eleições de 2018, arrastarmos as correntes do passado como almas penadas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Nordeste sobrevive da força dos ventos

Com reservatórios de água em níveis críticos, o Nordeste brasileiro está vivendo de vento. Desde abril, a energia eólica, produzida pela capacidade dos ventos em girar gigantes aerogeradores, é a principal fonte de geração naquele subsistema, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Além de bater recordes consecutivos este ano, a produção eólica, em outubro, superou a soma dos megawatts (MW) médios gerados por todos os demais tipos de usina, considerando, inclusive, a importação de eletricidade. Na última sexta-feira, assegurou 52,6% da geração total do Nordeste.

O salto da capacidade instalada das usinas eólicas no país é gigantesco. Pulou de 935,4 MW, em 2010, para 12.966 MW em 2017 e alcançará 17.452 MW em 2020, considerando o que foi contratado em leilões: 1.772% de aumento em uma década. Como grande parte das usinas está concentrada no Nordeste, região que mais sofre com reservatórios de água em níveis críticos, de apenas 8,72% da capacidade total, os ventos garantiram a carga (consumo mais as perdas do sistema) diária na região.

Em plena “safra”, ou seja, o período do ano em que os ventos produzem os melhores resultados, as usinas eólicas chegaram a abastecer 64% da alta demanda de um dia útil. Feito considerado extraordinário pela Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica). Nos fins de semana, quando o consumo total é menor, a energia dos ventos atende, normalmente, a 71% da demanda. Em 10 de setembro, entretanto, supriu 84% do consumo, no momento de pico, às 9h13.

“Esses dados mostram a força de um setor que está em franco crescimento. A geração de eólica vem ganhando uma importância cada vez maior e tem inclusive sido a salvação do Nordeste devido ao baixo nível dos reservatórios da região”, afirma Elbia Gannoum, presidente da Abeeólica. Ela explica que os ventos para a geração de energia devem ser rápidos e constantes, porém sem rajadas, mantendo-se unidirecionais. Isso porque, toda vez que o vento muda de direção, as pás são ajustadas. Portanto, quanto mais constante o vento,

menos ajustes serão feitos e o equipamento terá um rendimento maior.

A Abeeólica contabiliza R\$ 90 bilhões investidos desde 1998 e projeta mais R\$ 30 bilhões até 2020. “Em termos de postos de trabalho, o total instalado eólico propiciou ao país mais de 180 mil vagas diretas e indiretas ao longo da cadeia produtiva”, revela a entidade. A associação registra 12,33GW de capacidade instalada dividida em 491 parques, representando mais de 8% da matriz.

Para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a geração de energia eólica, em 2016, cresceu 55% em relação a 2015. Ao todo, foram gerados 33,15 terawatts/hora (TWh) ao longo do ano passado. Os dados do primeiro semestre de 2017 foram divulgados pela CCEE recentemente e mostram que a produção de energia eólica em operação no Sistema Interligado Nacional (SIN), entre janeiro e julho de 2017, foi 25,3% superior à geração no mesmo período do ano passado.

As usinas da fonte produziram um total de 3.794 MW médios frente aos 3.029 MW médios gerados no mesmo período de 2016, segundo a câmara. No fim de julho deste ano, a CCEE contabilizou 446 usinas eólicas em operação comercial no país, que somavam 11,3 gigawatts (GW) de capacidade instalada, incremento de 19,7% frente à das 371 unidades geradoras existentes em julho de 2016.

O Rio Grande do Norte é o maior produtor de energia eólica do país, com 1.227 MW médios em 2017, aumento de 25,6% em relação ao mesmo período do ano passado. Pelo ranking da CCEE, em seguida, aparece a Bahia, com 819 MW médios produzidos (+30%), o Rio Grande do Sul, que alcançou 565,6 MW médios (16,3%), e o Ceará, com 494 MW médios (1,3%).

Companhia internacional produtora de energia a partir de fontes renováveis, a Voltaia anuncia a inauguração de mais um parque eólico no Nordeste, em São Miguel do Gostoso (RN), em 19 de outubro, com capacidade instalada de 108 MW. Presente em 16 países, a empresa opera no Brasil desde 2006 e, atualmente, possui cinco complexos eólicos — todos no Nordeste — e um projeto híbrido, que totalizam 429,30 MW de capacidade instalada.

“Esses dados mostram a força de um setor que está em franco crescimento. A geração de eólica vem ganhando uma importância cada vez maior e tem inclusive sido a salvação do Nordeste devido ao baixo nível dos reservatórios da região”

Elbia Gannoum, presidente da Abeeólica

De virada

Geração eólica supera outras fontes e garante abastecimento de energia no Nordeste

Recorde

Desde abril, os ventos lideram e agora ultrapassam a geração das demais fontes (em MW médios)

Fonte	Abr/17	Jul/17	Ago/17	6/10/2017	Participação*
	(em % em 6/10/2017)				

Eólica	2.867	4.767	4.909	5.161	52,6
--------	-------	-------	-------	-------	------

Térmica	2.802	2.099	3.745	3.261	29,9
---------	-------	-------	-------	-------	------

Hidrelétrica	2.124	1.640	1.623	1.651	14,5
--------------	-------	-------	-------	-------	------

Importação	—	—	—	585	1,5
------------	---	---	---	-----	-----

* Para chegar ao total de 100%, é preciso considerar que a energia solar representou 1,5%

Reservatório

Nível crítico, de 8,72%, em média, em 6 de outubro, derrubou a geração hídrica no Nordeste

Reservatório	Participação (em %) **	Volume (em % do total)
Irape	1,5	10,40
Sobradinho	58,26	4,59
Três Marias	31,05	12,50
Itaparica	6,63	17,55

*** Capacidade de armazenamento de energia em relação ao subsistema considerando todos os reservatórios cheios

Fonte: Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)

MME / ASCOM .